

Percurso de
Aprendizagem

Unidade 2



Ética e Bioética em Saúde

Deontologia e Bioética: Princípios e
Aplicações na Saúde e nas Políticas



SUMÁRIO

Desenvolvimento do material

Talyta Resende de Oliveira

Copyright © 2025, Afya.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Afya.

Deontologia e Bioética: Princípios e Aplicações na Saúde e nas Políticas

Para Início de Conversa...	3
Pontos de Aprendizagem	4
Aprofundando os pontos	4
Tema 1: Deontologia	5
Tema 2: Ética Profissional e Código de Ética Geral e Profissional. Sigilo Profissional. Relação Profissional de Saúde e Paciente	11
Tema 3: Bioética: Princípios, Orientações e Aspectos Críticos do SUS; CNS e OMS, Conceitos e suas Principais Correntes	17
Teoria na Prática	23
Sala de Aula	24
Infográfico	25
Direto ao Ponto	25
Referências	26



Para Início de Conversa...

Nesta unidade, vamos explorar a deontologia e a ética profissional, especialmente no contexto da saúde. Começaremos com o estudo da deontologia, que é a área da ética que se concentra nos deveres e nas normas que orientam o comportamento dos profissionais, especialmente em sua relação com os pacientes. No campo da saúde, isso se torna ainda mais relevante, pois envolve a vida e o bem-estar das pessoas, exigindo um compromisso ético rigoroso e o cumprimento dos princípios de sigilo e respeito ao paciente.

Além disso, vamos aprofundar o entendimento sobre os códigos de ética que regem as profissões da saúde. Esses códigos, estabelecidos pelos conselhos profissionais, orientam os profissionais sobre o que é permitido ou não em suas práticas, garantindo a segurança e o respeito aos direitos dos pacientes. Discutiremos como essas normas e regulamentos não apenas guiam o comportamento dos profissionais, mas também promovem a confiança entre profissionais e pacientes, que é essencial para a qualidade do atendimento em saúde.

Por fim, abordaremos os princípios fundamentais da bioética, como a autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Esses princípios orientam as decisões clínicas e políticas de saúde, especialmente em contextos complexos, como os do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, e em diretrizes de organizações como o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Essas discussões serão essenciais para compreender as obrigações éticas dos profissionais e os desafios bioéticos que surgem na prática de saúde moderna.



Pontos de Aprendizagem

Ao longo desta unidade, três pontos principais serão explorados para aprofundar o entendimento sobre a ética e a deontologia na saúde. Primeiramente, abordaremos o conceito de deontologia e seu papel na definição dos deveres e responsabilidades dos profissionais de saúde. A deontologia é fundamental para orientar o comportamento ético no exercício profissional, promovendo práticas que respeitem a integridade e a dignidade dos pacientes. Esse conhecimento é essencial para compreender as expectativas e as obrigações éticas associadas à profissão.

Em segundo lugar, estudaremos os códigos de ética profissional específicos para cada área da saúde, como os que regem a prática médica, de enfermagem, entre outros. Esses códigos foram criados pelos conselhos profissionais com o objetivo de garantir um atendimento seguro, respeitoso e de qualidade, fortalecendo a confiança entre profissionais e pacientes. A importância do sigilo profissional também será destacada, enfatizando o respeito à privacidade e à confidencialidade das informações dos pacientes.

Por fim, a unidade abordará os princípios da bioética – autonomia, beneficência, não maleficência e justiça – e sua aplicação em decisões clínicas e políticas de saúde. Esses princípios fornecem uma base sólida para enfrentar dilemas éticos complexos, como decisões de fim de vida e a alocação de recursos no Sistema Único de Saúde (SUS). A compreensão desses princípios ajudará você, futuro profissional, a atuar com responsabilidade e empatia, sempre considerando o bem-estar e os direitos dos pacientes.



Aprofundando os pontos

Nos temas a seguir, você irá aprofundar seu conhecimento com o estudo dos assuntos específicos desta unidade e, ao final, deverá atingir os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Analisar e diferenciar as principais correntes de pensamento ético e bioético.
- Avaliar criticamente as diretrizes éticas estabelecidas pelo SUS, Conselho Nacional de Saúde e OMS.
- Aplicar os princípios da deontologia e bioética em situações simuladas de dilemas éticos.
- Criar um código de conduta profissional hipotético para uma equipe de saúde, incorporando aspectos de ética e sigilo profissional.
- Interpretar e discutir os aspectos críticos da relação profissional-paciente, com foco nas obrigações éticas e nos direitos dos pacientes.

Tema 1: Deontologia

A deontologia é um dos pilares fundamentais da ética profissional na área da saúde. Sua origem remonta aos estudos filosóficos de Immanuel Kant, que defendia o cumprimento dos deveres morais como uma expressão de respeito pela dignidade humana. A deontologia, assim, não se limita a um conjunto de regras; ela busca estabelecer princípios de conduta que respeitem o outro como um fim em si mesmo, independentemente das circunstâncias. No contexto da saúde, esse enfoque na ética dos deveres oferece uma estrutura sólida para os profissionais atuarem de maneira justa e responsável, colocando o bem-estar do paciente e os princípios de responsabilidade social no centro de suas ações.



Figura 1: Immanuel Kant. Fonte: Wikimedia Commons.

Legenda: A imagem mostra um retrato de um homem vestindo um casaco marrom e uma peruca branca, típica do estilo do século XVIII. O homem parece ter uma expressão séria e está olhando diretamente para a câmera. O fundo é escuro, o que faz com que o rosto e o traje do homem se destaquem. Trata-se de uma pintura a óleo, provavelmente realizada por um artista da época. O estilo é característico da retratística do século XVIII, com uma composição formal e uma paleta de cores sóbria.

Ao aplicar a deontologia na saúde, destacam-se três conceitos essenciais: o dever, a responsabilidade e o compromisso ético. O dever vai além das normas escritas, englobando a dedicação genuína ao cuidado e ao respeito aos pacientes, como indivíduos e como membros de uma comunidade. A responsabilidade, por sua vez, abrange a habilidade do profissional de responder por suas ações e suas consequências, sempre em busca do melhor interesse do paciente e da sociedade. O compromisso ético surge, então, como um pacto de confiança entre o profissional e a sociedade, que espera desse indivíduo uma postura íntegra, fundamentada em valores éticos universais.

Por fim, um ponto crucial que destaca a deontologia é a relação entre o profissional de saúde e o paciente, uma relação que exige confiança mútua, respeito e empatia. O profissional deve reconhecer a vulnerabilidade do paciente e agir de forma a garantir segurança, conforto e dignidade em todos os momentos da assistência. Ao construir essa relação sob uma base deontológica, o profissional não só fortalece o vínculo terapêutico como também reafirma seu compromisso com o exercício ético e humanizado da profissão, criando um ambiente onde o paciente sente-se valorizado e respeitado.

História e Origem do Conceito de Deontologia

O conceito de deontologia, derivado do grego “*deon*”, que significa “dever” ou “obrigação”, tem raízes profundas na filosofia ética, especialmente na obra de Immanuel Kant. Para Kant, a moralidade estava ligada a princípios universais e ao cumprimento de deveres incondicionais, ou seja, ações que devem ser seguidas independentemente de suas consequências. Essa concepção influenciou diretamente a deontologia, que passou a ser entendida como um conjunto de normas que orientam a conduta moral com base no dever. Esse pensamento foi fundamental para o desenvolvimento dos códigos de conduta profissionais, particularmente nas áreas da saúde, onde as decisões éticas frequentemente envolvem questões de vida e morte.

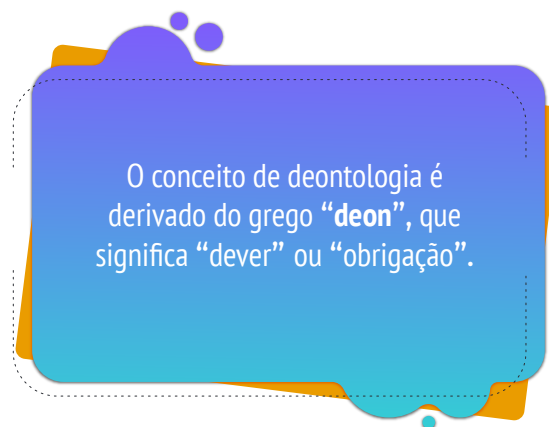


Figura 2: Conceito de deontologia. Fonte: Elaborada pela autora.

A deontologia, entendida como o “dever” ou “obrigação”, tem uma origem filosófica que se desenvolveu ao longo dos séculos, estruturando-se como uma ética que define normas para a conduta moral dos indivíduos em sociedade. Ao contrário da moral, que é relativa e varia de acordo com o contexto cultural e social, a ética busca ser universal e objetiva. Nesse sentido, enquanto a moral questiona “o que devo fazer?”, a ética pergunta “o que é o bem?” (Lopes Filho *et al.*, 2018, p. 125). Essa distinção é essencial para compreender o papel da deontologia como base para a ética profissional.

Filósofos como **Aristóteles**, **Epicuro** e **São Tomás de Aquino** contribuíram para o desenvolvimento de ideias sobre ética e moralidade, cada um oferecendo visões sobre o que constitui uma vida virtuosa e justa. Aristóteles, por exemplo, associava a felicidade à realização da virtude, enquanto Epicuro via o prazer como o bem maior. Já na Idade Média, Tomás de Aquino fundiu conceitos cristãos com a lógica aristotélica, destacando a moralidade como alinhada à vontade divina.

Com o passar do tempo, a deontologia evoluiu, passando de um conceito filosófico para um conjunto prático de normas que norteiam a atuação dos profissionais da saúde. Essa transformação é crucial para que os profissionais possam contar com uma base ética sólida ao enfrentar dilemas complexos e, assim, assegurar tanto a integridade de suas práticas quanto a proteção da dignidade dos pacientes. Dessa forma, a deontologia torna-se um guia fundamental para que o direito à saúde seja exercido de maneira ética e humanizada, como é recomendado pelas normas e resoluções nacionais.

! Importante

Sintetizando, o filósofo Immanuel Kant foi um importante filósofo para pensarmos a deontologia, sustentando que a moralidade deve ser guiada por princípios universais, como o dever e o respeito à dignidade humana, sem que isso dependa dos resultados alcançados. A deontologia influenciou profundamente os códigos de ética profissional, principalmente na área da saúde, onde normas como a confidencialidade e o respeito ao paciente se tornaram princípios fundamentais para a prática responsável e humanizada.

Princípios Essenciais da Deontologia

A deontologia, como campo da ética, explora os fundamentos que determinam o que é certo ou errado nas ações humanas, sem considerar as consequências. Conforme explicamos no subtema anterior, a palavra “deontologia” vem do grego “*deon*”, que significa “dever” ou “obrigação”, e representa uma abordagem ética focada nas normas e obrigações morais que são próprias das ações em si. Diferente do consequencialismo, que analisa a moralidade com base nos resultados, a deontologia defende que certas ações são corretas ou incorretas por natureza, e não pelos efeitos que causam. Ou seja, uma ação é considerada moralmente aceitável ou condenável de acordo com seu alinhamento com princípios éticos fundamentais, e não com os resultados que possa gerar.

Na deontologia, **o conceito de dever é essencial**. Para essa linha de pensamento, agir moralmente significa respeitar deveres e obrigações éticas que vão além de preferências ou interesses pessoais. Essa visão defende que existem normas morais objetivas, válidas para todos, e que essas normas devem ser respeitadas simplesmente por serem morais. O filósofo Immanuel Kant, figura central nesse desenvolvimento, argumentou que o dever é a base da moralidade. Em sua ética, o dever é a expressão de um “**imperativo categórico**” – uma lei moral que vale para todos e deve ser obedecida, sem se preocupar com motivações pessoais ou efeitos específicos. Para Kant, o dever moral é uma obrigação que reconhecemos e seguimos, não porque esperamos alguma recompensa, mas porque é o certo a se fazer. Assim, uma ação só tem valor moral quando é realizada por dever. Por exemplo, ajudar alguém em dificuldade apenas para ganhar reconhecimento social não teria, para a ética deontológica, o mesmo valor moral que ajudar por entender que existe um dever de solidariedade.



Importante

Simplificando, o **imperativo categórico** é a ideia de que devemos agir de modo que nossas ações possam se tornar regras universais que qualquer pessoa poderia seguir.

Outro pilar da ética deontológica é a **autonomia moral**. Para Kant, o valor moral real está na capacidade de agir livremente, de acordo com a própria razão, e não por pressão externa. Isso significa que uma ação só tem valor moral quando a pessoa age por uma decisão consciente e autônoma de cumprir o dever. A autonomia moral está, assim, ligada à ideia de respeitar normas morais universais, já que agir de maneira autônoma, na deontologia, significa o compromisso racional e voluntário com as normas objetivas de conduta. Esse ponto de vista é diferente do consequencialismo, que justifica escolhas morais com base em resultados ou utilidade. Na deontologia, mesmo que uma ação traga bons resultados, ela ainda pode ser moralmente errada se violar uma norma ou dever. Assim, a autonomia é fundamental para garantir que as pessoas ajam com integridade moral e não apenas seguindo interesses ou conveniências.

Além da ética kantiana, outras abordagens também fazem parte do campo da deontologia. Uma delas é a **deontologia dos direitos**, que defende que as normas éticas se baseiam em direitos inalienáveis dos indivíduos. Por exemplo, na deontologia dos direitos, princípios como o direito à vida e à liberdade devem ser respeitados, sem se considerar os benefícios para o grupo como um todo. Assim, mesmo que a violação de um direito traga algum benefício maior, essa violação ainda é considerada moralmente errada. Outra abordagem deontológica relevante é aquela que se baseia em regras morais específicas. Diferente da visão kantiana, que busca princípios éticos universais, essa linha sugere que a moralidade pode ser guiada por normas específicas para cada contexto. Em algumas culturas, por exemplo, normas tradicionais definem o que é correto ou incorreto, e essas normas são seguidas como obrigações morais, mas sem a universalização proposta por Kant, sendo aplicáveis a contextos culturais ou religiosos específicos.

A deontologia tem implicações práticas em várias áreas, como na **ética profissional, nas decisões jurídicas e nas relações sociais**. Na medicina, por exemplo, o princípio de “não causar dano” é uma norma deontológica que deve ser respeitada, sem considerar os benefícios que a violação desse princípio poderia trazer. Um médico, segundo a deontologia, não deve infringir a dignidade de um paciente, mesmo que isso pudesse, hipoteticamente, gerar benefícios para outras pessoas. Esse compromisso com a moralidade das ações em si ajuda a estruturar um ambiente ético onde os direitos e deveres são respeitados, criando confiança nas relações interpessoais e profissionais.

A ética deontológica, com seu foco nos deveres e obrigações morais, fornece uma base sólida para lidar com questões éticas complexas. A ênfase no dever, na autonomia moral e na universalidade das normas torna a deontologia um campo essencial para a compreensão dos fundamentos da moralidade. Ela reforça a importância de agir com integridade e de considerar a dignidade e os direitos dos outros como fundamentais, independentemente das consequências que nossas ações possam ter. Esses princípios e teorias deontológicas são alicerces éticos importantes e aplicáveis a várias esferas da vida pessoal e profissional, incentivando escolhas morais baseadas no respeito e na justiça.

Deontologia e os Profissionais de Saúde



Figura 3: Profissional de saúde e seu paciente. Fonte: Envato.

Legenda: A imagem mostra uma consulta médica entre um médico e um paciente. O médico, vestido com um jaleco branco, está segurando um tablet e parece estar examinando os resultados de exames ou anotando informações sobre o paciente. O paciente, vestido com roupas casuais, está sentado em uma cadeira e parece estar conversando com o médico.

A deontologia nas profissões de saúde é um conjunto de princípios e normas que orientam a conduta dos profissionais para assegurar um atendimento ético, responsável e respeitoso aos pacientes. Na área da saúde, a deontologia é essencial, pois os profissionais lidam com situações delicadas que envolvem a vida, a dignidade e o bem-estar dos pacientes. Assim, esses princípios orientam práticas que protegem os pacientes contra imprudência, asseguram a qualidade do atendimento, reforçam o compromisso com a confidencialidade e promovem a responsabilidade na comunicação.

O sigilo profissional é um dos pilares mais importantes da deontologia em saúde. Esse compromisso protege a privacidade dos pacientes e cria uma relação de confiança entre eles e os profissionais. Ao garantir que informações confidenciais não serão compartilhadas sem consentimento, os profissionais incentivam os pacientes a compartilharem informações essenciais para seu diagnóstico e tratamento, promovendo uma prática segura e eficaz.

Além do sigilo, a competência e a atualização contínua são fundamentais. Na área da saúde, é responsabilidade de cada profissional se manter atualizado sobre novas práticas, tecnologias e avanços científicos. Esse compromisso é importante para oferecer tratamentos e cuidados com embasamento nas melhores evidências disponíveis, promovendo segurança e qualidade no atendimento. A busca constante por conhecimento também reduz riscos e melhora os resultados para os pacientes.

A responsabilidade e a honestidade também estão no centro da deontologia, orientando o relacionamento com os pacientes. Um profissional de saúde ético é transparente ao informar sobre diagnóstico, prognóstico e opções de tratamento, permitindo que o paciente tome decisões bem-informadas e participativas. Além disso, a responsabilidade exige que o profissional assuma e corrija eventuais erros, colocando sempre o interesse do paciente como prioridade.

Na prática, os profissionais de saúde enfrentam dilemas éticos frequentemente, pois decisões críticas muitas vezes envolvem o equilíbrio entre diferentes deveres e valores. A deontologia oferece uma base para enfrentar esses dilemas, mas cada situação demanda reflexão e julgamento. Por exemplo, imagine que um paciente diagnosticado com uma doença infecciosa grave decida não informar seus familiares. Nesse caso, o profissional de saúde enfrenta o desafio de respeitar o sigilo, fundamental na deontologia, enquanto considera as possíveis consequências para a saúde dos familiares que desconhecem o risco de contágio. Essa situação demonstra como os princípios deontológicos podem entrar em conflito na prática.



Exemplo

Uma enfermeira descobre que um paciente diagnosticado com tuberculose se recusa a informar seu parceiro sobre a doença, justificando que a revelação poderia prejudicar o relacionamento. Nesse caso, o princípio do sigilo profissional entra em conflito com a responsabilidade de proteger terceiros de um possível risco de contágio. Reflita. O que você faria?

Neste tema, exploramos como a deontologia, fundamentada na filosofia de Immanuel Kant, estabelece uma base sólida para a ética profissional, especialmente na área da saúde. Aprendemos que a deontologia valoriza o cumprimento de deveres e obrigações éticas sem se preocupar com os resultados, colocando o respeito à dignidade humana como princípio central nas ações dos profissionais.

Discutimos conceitos como o dever, a responsabilidade e o compromisso ético, que são cruciais para formar relações de confiança e garantir um atendimento humanizado. O dever de manter o sigilo cria um ambiente seguro para o paciente, enquanto a responsabilidade destaca a importância de responder por suas ações com foco no bem-estar do paciente e da sociedade. O compromisso ético, por sua vez, reflete a promessa de integridade, com o profissional colocando sempre a ética acima de qualquer interesse pessoal.

A ética deontológica se torna, assim, um guia prático para os dilemas éticos e as complexas decisões do dia a dia na saúde, orientando o profissional a agir com transparência, honestidade e respeito. Esses princípios, aplicados na prática, estruturam a conduta profissional e fortalecem a confiança entre profissional e paciente, criando um ambiente de cuidado, respeito e empatia.

Que essa compreensão sobre a deontologia inspire a todos a agir com integridade e a valorizar cada indivíduo, especialmente nos momentos de escolhas éticas desafiadoras.

Tema 2: Ética Profissional e Código de Ética Geral e Profissional. Sigilo Profissional. Relação Profissional de Saúde e Paciente

Neste tema, exploraremos a importância da ética profissional no contexto da deontologia, onde o comportamento do profissional é guiado por um compromisso moral profundo. Na área da saúde, essas obrigações éticas são especialmente cruciais, pois lidam diretamente com a vida, a privacidade e o bem-estar de pessoas em situações de vulnerabilidade. Sob uma perspectiva deontológica, o profissional não segue um código apenas por ser uma norma institucional, mas por compreender que princípios como o sigilo, a integridade no cuidado e o respeito à autonomia do paciente são deveres fundamentais, ou imperativos categóricos, que devem ser respeitados independentemente de qualquer consequência prática.

Ao falar sobre o Código de Ética, percebemos que ele representa mais do que uma lista de orientações técnicas: ele é uma expressão dos valores universais e do compromisso do profissional em tratar cada paciente com respeito, dignidade e justiça. Esses deveres éticos visam não só fortalecer a confiança do paciente no profissional, mas também proteger a dignidade e a autonomia de cada indivíduo, garantindo que o paciente seja tratado como um fim em si mesmo. A deontologia, assim, oferece uma base sólida para refletirmos sobre a ética no exercício profissional, orientando o profissional da saúde a agir com integridade e a reconhecer o valor humano de cada paciente em suas ações diárias.

O Dever de Sigilo Profissional e o Compromisso com a Autonomia e a Dignidade do Paciente

O dever de sigilo profissional é um dos princípios mais importantes na ética profissional, especialmente na área da saúde. Sob a perspectiva da deontologia, esse dever vai além de uma simples regra legal ou contratual; ele representa um compromisso ético com a privacidade e autonomia do paciente. A ética deontológica, que valoriza deveres e obrigações morais, defende que o sigilo deve ser respeitado incondicionalmente, sem considerar as possíveis consequências. Ou seja, o profissional da saúde tem a obrigação moral de proteger as informações do paciente, pois isso representa respeito à dignidade e à integridade da pessoa.

Esse princípio tem raízes antigas, desde o juramento hipocrático, onde já se defendia que o médico guardasse em segredo tudo o que soubesse sobre o paciente. Com o tempo, essa ideia se consolidou como uma obrigação ética fundamental, dando ao paciente a segurança de que suas informações pessoais e médicas serão protegidas. Essa proteção fortalece a confiança entre profissional e paciente, permitindo que o paciente compartilhe detalhes importantes para seu diagnóstico e tratamento. Assim, o sigilo profissional não é apenas uma formalidade; ele estabelece uma relação de respeito e proteção entre ambas as partes.



Curiosidade

O conceito de sigilo profissional remonta ao Juramento de Hipócrates, estabelecido na Grécia Antiga, onde o médico se comprometia a manter em segredo todas as informações confidenciais de seus pacientes. Esse juramento é a base de um dos princípios mais importantes da ética profissional. Hoje, muitas profissões têm seus próprios juramentos ou compromissos éticos, que são geralmente proferidos durante a colação de grau. Esses juramentos reafirmam o compromisso com a integridade, a responsabilidade e o respeito às normas éticas específicas de cada área. Que tal pesquisar qual é o juramento da sua profissão e refletir sobre os valores que ele representa?

Na deontologia, o sigilo é um dever absoluto, ou seja, ele deve ser mantido sempre, independente dos impactos de sua preservação. Esse caráter absoluto está relacionado ao respeito pela autonomia e dignidade do paciente. Ao manter o sigilo, o profissional reconhece o paciente como alguém autônomo, capaz de decidir o que quer ou não compartilhar sobre sua vida. Essa postura respeitosa reforça a dignidade do paciente, que sente que sua privacidade é garantida pelo compromisso moral do profissional. Para a deontologia, quebrar esse princípio é desrespeitar o paciente, tratando-o como um meio e não como um fim em si mesmo.



Figura 4: Sigilo. Fonte: Envato.

Contudo, a aplicação do sigilo nem sempre é simples e pode envolver dilemas. Em algumas situações, o profissional pode enfrentar um conflito entre preservar o sigilo e proteger a segurança de terceiros. Por exemplo, se o paciente representa uma ameaça a outras pessoas, o profissional pode questionar se o dever de sigilo supera a necessidade de evitar danos. **Esses dilemas éticos não anulam o dever de sigilo, mas exigem uma reflexão cuidadosa.** Nesse contexto, as normas deontológicas continuam orientando o profissional, lembrando que o sigilo é um compromisso ético que requer ponderação em situações delicadas.

Outro ponto importante é que o sigilo também protege a autonomia do paciente ao garantir que ele tenha liberdade para decidir o que deseja compartilhar. Em muitos casos, a decisão de revelar uma informação sensível cabe exclusivamente ao paciente, e o profissional deve respeitar essa escolha. Na deontologia, essa autonomia é um direito essencial que deve ser preservado, e o sigilo é uma maneira de assegurar que o paciente tenha controle sobre suas informações. Ao respeitar o sigilo, o profissional age de acordo com o princípio de tratar o paciente como um fim em si mesmo, respeitando sua liberdade de escolha.

A quebra do sigilo, por outro lado, representa uma grave violação da confiança do paciente e, na visão deontológica, uma desconsideração por sua autonomia e dignidade. Uma vez rompida essa confiança, o vínculo terapêutico pode ser prejudicado, e o paciente pode se sentir exposto ou traído, dificultando interações futuras. Além disso, a quebra de sigilo não afeta apenas a relação individual, mas também a credibilidade da profissão e do sistema de saúde como um todo, já que a confidencialidade é um dos pilares da relação ética entre profissionais e pacientes.

Em resumo, o sigilo profissional na deontologia é mais do que um protocolo; ele é um dever moral que protege a dignidade, privacidade e autonomia do paciente. Esse dever é fundamental para estabelecer uma relação de respeito e confiança entre paciente e profissional. Ao reconhecer o sigilo como uma obrigação moral, a ética deontológica reforça a importância de tratar o paciente com respeito, como um fim em si mesmo, e não como um meio para alcançar outros objetivos. Assim, o sigilo é essencial para uma ética de cuidado que preza pelo bem-estar e pelos direitos individuais do paciente.

Responsabilidade Ética no Exercício Profissional: Obrigações e Limites na Relação de Poder entre Profissional e Paciente

A responsabilidade ética no exercício profissional é uma obrigação central na deontologia, principalmente quando se trata da relação entre o profissional de saúde e o paciente. A deontologia defende que essa relação não é apenas uma prestação de serviço, mas um compromisso moral que envolve respeito, integridade e honestidade. Uma das questões mais delicadas dentro dessa relação é o **abuso do poder**. O profissional, ao ter acesso a informações íntimas e técnicas que o paciente não domina, ocupa uma posição de autoridade que pode facilmente influenciar ou até controlar decisões que impactam a vida e o bem-estar do paciente. Nesse contexto, a deontologia impõe limites éticos claros para evitar que o profissional abuse dessa posição de poder e, em vez disso, trate o paciente com respeito e dignidade.

A ética deontológica orienta que o profissional deve ver o paciente como um fim em si mesmo, e não como um meio para alcançar outros interesses, sejam eles financeiros, acadêmicos ou pessoais. Isso significa que o profissional deve tomar decisões que visam exclusivamente ao benefício do paciente, respeitando sua autonomia e seu direito de escolha. A deontologia enfatiza que o profissional de saúde tem o dever de agir

de forma imparcial e justa, e que qualquer forma de manipulação ou coerção é uma violação do compromisso ético. O respeito à autonomia é central aqui; o profissional deve fornecer todas as informações necessárias para que o paciente tome decisões conscientes sobre seu próprio tratamento, sem omitir dados importantes ou influenciá-lo de forma desleal.

Esse compromisso ético inclui a **transparência e a comunicação honesta**. Para que o paciente possa exercer sua autonomia, ele precisa ter informações claras sobre seu diagnóstico, tratamento e possíveis consequências de cada decisão. A deontologia exige que o profissional de saúde seja sincero e direto, compartilhando com o paciente os prós e contras de cada opção terapêutica, para que ele possa fazer uma escolha informada. A omissão de informações importantes, a simplificação excessiva ou até mesmo o uso de linguagem técnica para confundir ou impressionar o paciente são atitudes contrárias aos princípios deontológicos. A transparência fortalece a confiança, um elemento essencial nessa relação, e assegura que o paciente compreenda que o profissional está comprometido com sua saúde, sem interesses ocultos.



Figura 5: Profissional de saúde e paciente. Fonte: Envato.

Outro aspecto essencial da responsabilidade ética é o dever de **não causar dano**. Esse princípio, muitas vezes associado à prática médica, é parte do compromisso deontológico de tratar o paciente com respeito e empatia. Ao evitar qualquer tipo de dano, o profissional demonstra que valoriza o bem-estar do paciente acima de tudo. Esse dever se estende tanto ao cuidado físico quanto ao cuidado emocional do paciente. Por exemplo, o uso de procedimentos desnecessários ou a recomendação de tratamentos excessivos que causam mais sofrimento do que benefícios são violações éticas graves, pois colocam o paciente em uma situação de vulnerabilidade para benefício próprio ou por simples descuido.

Dentro da deontologia, a responsabilidade ética também inclui o dever de proteger e apoiar o paciente em todas as circunstâncias, especialmente nas mais difíceis. O profissional deve agir como um defensor do bem-estar do paciente, garantindo que ele receba o melhor tratamento possível dentro dos recursos disponíveis. Em situações em que o paciente não pode tomar decisões – como em casos de crianças ou adultos inconscientes – o dever de cuidado é redobrado. A deontologia enfatiza que o profissional de saúde deve respeitar o valor intrínseco de cada pessoa, independentemente de suas condições, atuando sempre com empatia e respeito.

Por fim, a deontologia nos lembra que a responsabilidade ética no exercício profissional não é um fim em si mesmo, mas uma forma de assegurar que o paciente seja tratado com dignidade e respeito. A relação de confiança entre paciente e profissional é fundamental para a qualidade do cuidado, e a ética deontológica orienta que essa relação seja construída sobre a base do respeito mútuo, da transparência e da integridade. Dessa forma, o profissional assume uma posição de verdadeiro guardião do bem-estar do paciente, comprometido com uma prática que valoriza o ser humano em sua totalidade e não apenas como objeto de trabalho ou fonte de renda. Ao seguir esses princípios, o profissional de saúde não apenas cumpre suas obrigações éticas, mas reforça o papel fundamental da ética na construção de uma prática médica justa, empática e responsável.



Exemplo

Um exemplo interessante sobre a relação de poder entre profissionais de saúde e pacientes, especialmente no contexto da saúde mental, pode ser encontrado na obra de Michel Foucault. Ele analisa como a medicina e a psiquiatria passaram a definir o que é “normal” ou “anormal”, exercendo controle sobre indivíduos considerados insanos por meio de diagnósticos e práticas institucionais que, muitas vezes, isolavam e tratavam pacientes sem seu consentimento. Esse controle marginalizava os pacientes, retirando-lhes autonomia e reforçando uma relação de poder desigual. Essa análise foucaultiana traz uma reflexão ética crucial: o profissional de saúde deve atuar com respeito à dignidade e à autonomia dos pacientes, cuidando sem impor controle, e reconhecendo o paciente como um indivíduo pleno de direitos.

Código de Ética como Expressão de Deveres Universais e Regras Morais no Contexto Profissional

O Código de Ética, quando interpretado sob a ótica da deontologia, assume uma função que vai além de um simples conjunto de normas e diretrizes profissionais; ele se torna uma expressão de deveres morais universais, que guiam o comportamento ético do profissional em qualquer situação. Para a deontologia, essas diretrizes não são escolhidas por conveniência ou regulamentação, mas refletem obrigações morais que devem ser respeitadas, independentemente dos resultados ou interesses envolvidos. Assim, o código estabelece uma série de normas que o profissional deve cumprir, pois

representam um compromisso ético com a dignidade, a integridade e o respeito ao ser humano, características fundamentais na lógica deontológica.

No contexto da saúde, por exemplo, o Código de Ética inclui princípios como o sigilo, a autonomia do paciente e o dever de evitar o dano, que refletem o compromisso deontológico de tratar cada pessoa como um fim em si mesma. Isso significa que o profissional deve respeitar a autonomia do paciente e não utilizar seu conhecimento ou poder de maneira manipuladora ou coercitiva. Esses princípios garantem que o paciente seja tratado com respeito e empatia, preservando sua dignidade e liberdade de escolha. Ao estabelecer essas normas, o código age como um guia que orienta o profissional a agir de forma ética e cuidadosa, buscando sempre o bem-estar do paciente sem renunciar ao respeito à sua autonomia.

A deontologia, portanto, oferece a base para que o Código de Ética, mais do que um conjunto de regras, se torne uma inspiração para o profissional de saúde atuar com responsabilidade e integridade. Ela reforça o compromisso com deveres universais, como o respeito à dignidade humana e o cuidado imparcial, que norteiam a prática profissional. Dessa forma, o Código de Ética, amparado pela deontologia, não só define condutas esperadas, mas também promove uma visão ética que orienta o profissional a priorizar a humanidade e a integridade em todas as suas ações. Essa combinação fortalece a confiança na relação entre profissional e paciente, reafirmando o papel ético do profissional como defensor do bem-estar e da dignidade humana.

A deontologia fornece uma base sólida para a ética profissional, especialmente nas áreas de saúde, onde o cuidado direto com o ser humano exige um compromisso ético profundo. Com sua ênfase no respeito à dignidade e à autonomia, a deontologia desafia os profissionais a agirem de maneira íntegra, honrando o paciente como um fim em si mesmo e valorizando sua humanidade. A ética profissional, nesse contexto, vai além de uma simples orientação para o exercício profissional e torna-se uma responsabilidade moral intrínseca, que protege os direitos do paciente e fundamenta a relação de confiança entre as partes.

O Código de Ética é uma ferramenta essencial para consolidar esses princípios deontológicos no ambiente de trabalho, oferecendo um conjunto de regras que orienta o comportamento dos profissionais. Esses códigos formalizam princípios como o sigilo e o respeito à autonomia, estabelecendo que o profissional deve agir com transparência, respeito e justiça. A observância ao Código de Ética permite que os profissionais mantenham uma prática consistente e respeitosa, baseada em valores universais que garantem uma relação segura e ética com o paciente. Essa estrutura não apenas regulamenta a profissão, mas promove uma cultura de respeito que protege tanto o paciente quanto o profissional.

Em última análise, a ética profissional guiada pela deontologia e consolidada pelo Código de Ética permite que a prática da saúde se desenvolva de forma humanizada e moralmente responsável. A deontologia e o código atuam juntos como pilares de uma prática ética que reforça o papel do profissional como defensor da dignidade e do bem-estar humano. Assim, os profissionais de saúde se comprometem não apenas com a técnica, mas com uma prática que valoriza cada indivíduo, reafirmando o compromisso com os valores morais essenciais que fundamentam a relação de cuidado e confiança.

Tema 3: Bioética: Princípios, Orientações e Aspectos Críticos do SUS; CNS e OMS, Conceitos e suas Principais Correntes

Neste tema, abordaremos a bioética, um campo essencial para o entendimento e a prática de saúde responsável, justa e humanizada. A bioética surgiu como uma área interdisciplinar que busca orientar as decisões médicas e políticas de saúde em consonância com valores éticos e morais, especialmente diante de dilemas complexos que envolvem o bem-estar humano, a autonomia e a justiça social. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), da atuação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e das diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a bioética ganha relevância ao fornecer diretrizes e princípios fundamentais, como a não maleficência, a benevolência, a autonomia e a justiça.

Esses princípios norteiam desde o atendimento aos pacientes até a elaboração de políticas públicas que buscam garantir o acesso universal e igualitário à saúde. Além disso, refletiremos sobre a influência das correntes internacionais de bioética, que contribuem para que o Brasil se alinhe aos debates globais e enfrente desafios como a proteção dos direitos humanos e a ética em pesquisas científicas. Assim, compreender a bioética e suas correntes é essencial para formar profissionais de saúde capazes de lidar com os desafios éticos do século XXI, promovendo práticas que respeitem a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos.

Princípios da Bioética Aplicada à Saúde

A bioética, enquanto campo interdisciplinar, oferece princípios fundamentais que guiam a conduta ética de profissionais de saúde em suas práticas diárias, ajudando-os a lidar com dilemas complexos e decisões delicadas. Entre os princípios mais discutidos e amplamente aceitos estão a não maleficência, a benevolência, a autonomia e a justiça. Esses pilares éticos são essenciais para uma prática de saúde que respeite a dignidade e o bem-estar dos pacientes, além de fundamentar políticas de saúde pública que visem uma sociedade mais justa e equitativa.

O princípio da **não maleficência** representa o compromisso em evitar causar dano ao paciente. Este princípio, ao longo do tempo, se estabeleceu como base da conduta ética em saúde, guiando profissionais a tomarem decisões que minimizem o sofrimento e os riscos para a pessoa atendida. Em situações em que o tratamento apresenta riscos, o profissional precisa avaliar se os benefícios superam os possíveis danos, de modo a preservar o paciente de intervenções desnecessárias ou perigosas. A não maleficência se traduz na prática clínica ao exigir uma constante reflexão sobre os efeitos das intervenções, sempre buscando a máxima segurança.

Outro princípio essencial é a **benevolência**, que diz respeito ao dever de agir em benefício do paciente, promovendo seu bem-estar. A benevolência está ligada ao compromisso do profissional de saúde em colocar o bem-estar do paciente no centro de sua prática. Esse princípio demanda atitudes proativas, como oferecer as melhores opções de tratamento disponíveis, proporcionar cuidados humanizados e priorizar a

saúde e a recuperação dos pacientes. A aplicação da benevolência nas práticas clínicas busca garantir que o profissional de saúde atue com empatia e ética, sempre orientado pelo bem do paciente.



Curiosidade

Imagine um profissional de saúde atendendo a um paciente idoso com mobilidade reduzida e com dificuldades para realizar atividades diárias. Além de prescrever o tratamento necessário, o profissional decide buscar maneiras de melhorar a qualidade de vida desse paciente, sugerindo recursos de apoio, como fisioterapia e visitas domiciliares de uma equipe de saúde para auxiliar nas tarefas diárias. Esse ato vai além do tratamento direto da condição de saúde e busca promover o bem-estar geral do paciente, demonstrando o princípio da **benevolência**, que implica em agir no melhor interesse do paciente e melhorar sua qualidade de vida sempre que possível.

A **autonomia** é o princípio que assegura ao paciente o direito de decidir sobre seu próprio corpo e tratamento. Respeitar a autonomia significa que os profissionais de saúde devem garantir que os pacientes sejam informados adequadamente sobre os procedimentos, alternativas e possíveis consequências de cada escolha. A partir desse conhecimento, cabe ao paciente decidir sobre seu cuidado de maneira livre e informada. Esse princípio é um marco fundamental na bioética moderna, pois promove a autodeterminação e respeita as preferências individuais, reconhecendo a importância de um tratamento alinhado às crenças e valores de cada pessoa.

Por fim, o princípio da **justiça** enfatiza a equidade no acesso aos cuidados de saúde. No contexto de sistemas públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, a justiça bioética ganha relevância ao buscar a distribuição justa de recursos, tratamentos e oportunidades de saúde para todos os cidadãos. O princípio da justiça orienta políticas e práticas que visem minimizar desigualdades e atender prioritariamente aos mais vulneráveis, promovendo um acesso à saúde pautado pela igualdade e pela solidariedade.

Bioética - Princípios

Não-maleficência
Beneficência
Justiça
Autonomia

Figura 6: Os quatro princípios da bioética. Fonte: Elaborada pela autora.

Esses quatro princípios, amplamente aceitos na bioética, não apenas fornecem uma base para decisões éticas em saúde, mas também refletem uma visão de cuidado pautada pelo respeito, pela empatia e pela justiça social. A aplicação desses princípios na prática diária dos profissionais de saúde é essencial para construir uma relação de confiança com os pacientes e fortalecer um sistema de saúde que atenda a todos de forma ética e equitativa.

Orientações e Diretrizes Bioéticas no Contexto do SUS e do CNS

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) desempenham papéis fundamentais na promoção e na regulamentação de uma saúde pública pautada pela ética e pela justiça social. A bioética, nesse contexto, torna-se uma referência indispensável para a formulação de diretrizes e orientações que orientem as práticas de saúde e a implementação de políticas públicas de forma inclusiva e justa. Com princípios como a universalidade, a integralidade e a equidade, o SUS busca assegurar que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saúde, independentemente de sua condição econômica ou localização geográfica, promovendo um cuidado ético e focado nas necessidades da população.

O SUS incorpora a bioética ao seu funcionamento diário, adotando práticas e diretrizes que assegurem o respeito aos direitos humanos e à dignidade dos pacientes. Por meio de um atendimento humanizado, o sistema busca proporcionar cuidados que levem em consideração a realidade e as especificidades de cada indivíduo. A humanização no atendimento é uma diretriz bioética central do SUS, que reforça o compromisso com o respeito e a compreensão das necessidades do paciente como um todo. Dessa forma, o sistema promove um ambiente de saúde mais acolhedor, em que a escuta ativa e o respeito à individualidade dos pacientes são valorizados e incentivados.

! Importante

O princípio bioético da justiça é crucial para garantir que todos os brasileiros tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou localização. No contexto do SUS, a justiça orienta políticas que visam reduzir desigualdades e promover o atendimento prioritário aos mais vulneráveis, assegurando uma distribuição justa dos recursos.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão de controle social do SUS, desempenha um papel estratégico na definição das diretrizes bioéticas que orientam o sistema público de saúde no Brasil. Além de ser responsável por formular políticas de saúde, o CNS também atua na fiscalização e no monitoramento das ações do SUS, garantindo que os princípios éticos sejam efetivamente aplicados na prática. Esse órgão promove um ambiente de discussão e análise ética que orienta as decisões políticas de saúde pública, assegurando que os valores de universalidade e equidade sejam mantidos como prioridades no atendimento e nos programas de saúde.



Figura 7: Conselho Nacional de Saúde. Fonte: Cofen (2020).

O CNS estabelece ainda resoluções que abordam temas críticos e emergentes da bioética, como a ética em pesquisas científicas e o respeito à autonomia dos pacientes. Ao regular questões éticas, o Conselho oferece diretrizes que guiam não apenas os profissionais de saúde, mas também as instituições e os gestores, garantindo que o sistema de saúde brasileiro seja regido por uma ética de cuidado, transparência e respeito. As resoluções do CNS também refletem a necessidade de uma gestão de saúde pública que esteja em constante diálogo com a sociedade, de modo que as políticas sejam sempre ajustadas para melhor atender às demandas e os direitos da população.

Em resumo, as orientações bioéticas no contexto do SUS e do CNS representam um compromisso contínuo com uma saúde pública mais justa e ética. Ao estabelecer diretrizes que respeitam a diversidade e a dignidade dos indivíduos, o SUS e o CNS reforçam o compromisso de construir um sistema de saúde em que todos os cidadãos possam ter acesso a um atendimento digno, seguro e equitativo. Essas diretrizes, alicerçadas na bioética, promovem um ambiente em que a saúde pública se orienta por valores éticos fundamentais, contribuindo para uma sociedade mais justa e comprometida com o bem-estar de todos.

Orientações e Diretrizes Bioéticas no Contexto do SUS e do CNS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha um papel crucial na definição das diretrizes bioéticas que orientam a prática de saúde em nível global, influenciando diretamente as políticas de saúde pública em vários países, incluindo o Brasil. A OMS atua como uma autoridade global, estabelecendo padrões éticos que ajudam a orientar os países na construção de políticas que respeitem a dignidade humana, promovam a justiça social e respondam de forma ética aos desafios sanitários contemporâneos. No contexto brasileiro, a atuação da OMS é relevante para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), pois as diretrizes e recomendações da organização influenciam práticas e políticas que buscam garantir a universalidade, a integralidade e a equidade no atendimento à saúde.

As correntes internacionais de bioética, como o princípalismo e o utilitarismo, exercem forte influência sobre a bioética aplicada às políticas de saúde global. O **princípalismo**, por exemplo, é amplamente adotado e se baseia em quatro princípios centrais: não maleficência, benevolência, autonomia e justiça. Essa abordagem ajuda a formular diretrizes que orientam tanto a atuação clínica quanto as políticas de saúde pública, oferecendo uma estrutura ética robusta e amplamente aceita. Já o **utilitarismo**, que enfatiza o benefício coletivo, é uma corrente que também influencia a OMS ao propor que decisões de saúde considerem o impacto na população como um todo, especialmente em situações de crise, como pandemias ou desastres naturais. Essa perspectiva utilitarista é evidente nas políticas de vacinação e nas estratégias de contenção de doenças infecciosas, onde o bem coletivo pode, por vezes, sobrepor-se a interesses individuais para o bem da sociedade.

Outro enfoque relevante nas discussões bioéticas globais é a **bioética de proteção**, que propõe a proteção dos grupos mais vulneráveis e defende políticas de saúde que assegurem o cuidado especial a pessoas em situação de risco. A OMS adota essa perspectiva ao promover diretrizes que priorizam populações marginalizadas e vulneráveis, como idosos, crianças e comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse enfoque de proteção é essencial no SUS, que visa minimizar as desigualdades em saúde e garantir que os grupos mais vulneráveis tenham acesso ao cuidado adequado e digno.

Além das diretrizes da OMS e das correntes éticas globais, a bioética internacional enfrenta hoje o desafio de adaptar seus princípios a contextos culturais diversos. A **ética global** busca conciliar os valores universais com as particularidades de cada sociedade, promovendo uma bioética que respeite as especificidades culturais e seja sensível às diferentes realidades sociais. No Brasil, essas discussões se refletem na implementação de políticas que respeitem as diversidades culturais e regionais, promovendo um sistema de saúde que atenda às necessidades de uma sociedade plural e diversa.

A influência da OMS e das correntes internacionais de bioética é, portanto, fundamental para o fortalecimento das práticas de saúde pública no Brasil, especialmente no contexto do SUS. As diretrizes globais promovem uma ética de cuidado que visa proteger os mais vulneráveis e responder de forma eficiente e justa às demandas da sociedade. Ao adotar princípios universais e adaptá-los às realidades locais, a bioética permite a construção de políticas de saúde pública que são, ao mesmo tempo, justas e culturalmente sensíveis, promovendo uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Como vimos ao longo deste tema, a bioética desempenha um papel essencial na construção de uma saúde pública mais justa, inclusiva e respeitosa, tanto em âmbito nacional, com as diretrizes do SUS e do CNS, quanto em escala global, com a influência das diretrizes da OMS e das correntes internacionais. A adoção de princípios bioéticos como a não maleficência, a benevolência, a autonomia e a justiça não apenas guia as práticas cotidianas dos profissionais de saúde, mas também fundamenta políticas públicas que buscam atender às necessidades de saúde de toda a população de maneira equitativa e ética.

No Brasil, a atuação do SUS e do CNS reflete o compromisso com uma bioética voltada para a universalidade e a proteção dos mais vulneráveis, princípios que orientam a implementação de políticas públicas que visam reduzir desigualdades e garantir o direito à saúde de forma igualitária. Ao mesmo tempo, as influências das diretrizes da OMS e das correntes internacionais reforçam a necessidade de um sistema de saúde que se adapte às demandas globais, respeitando as diversidades culturais e promovendo uma ética de cuidado e proteção.

Assim, a **bioética**, ao integrar princípios universais e respeitar as especificidades locais, contribui para um modelo de saúde que valoriza a dignidade humana e promove um bem-estar coletivo. A reflexão contínua sobre esses princípios e suas aplicações

é fundamental para que o sistema de saúde evolua de forma ética e responsável, fortalecendo a confiança da sociedade nas práticas de saúde e assegurando um atendimento digno e acessível a todos.

Além da Sala de Aula

Na leitura indicada, os autores abordam os fundamentos históricos e filosóficos da ética e da deontologia, explorando conceitos essenciais como “dever” e “obrigação” na formação das normas éticas que orientam a conduta profissional. Esses princípios são discutidos em relação a diferentes visões filosóficas e contribuem para a compreensão do papel ético no ambiente social e profissional.

Todos esses pontos são tratados por Lopes Filho *et al.* (2018), por isso, faça a leitura da página 121 a 134 do livro **Ética e cidadania**, disponível na Minha Biblioteca.

Lembre-se de que, para iniciar a leitura do livro sinalizado, é necessário fazer login no Ambiente Virtual de Aprendizagem e, em seguida, na Minha Biblioteca.

Título do livro/artigo: Ética e cidadania

Páginas indicadas: 121 a 134

Referência (ABNT): LOPES FILHO, A. R. I. *et al.* **Ética e cidadania**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.



Acesse
aqui



Na leitura indicada, as autoras exploram a deontologia e sua importância na regulamentação da prática profissional, abordando como os deveres e responsabilidades se tornam essenciais para o comportamento ético dos profissionais em diversas áreas, com foco nas normas e na legislação.

Todos esses pontos são tratados por Mezzomo e Monteiro, (2019), por isso, faça a leitura da página 31 a 38 do livro **Deontologia e legislação**, disponível na Minha Biblioteca.

Lembre-se de que, para iniciar a leitura do livro sinalizado, é necessário fazer login no Ambiente Virtual de Aprendizagem e, em seguida, na Minha Biblioteca.

Título do livro/artigo: Deontologia e legislação

Páginas indicadas: 31 a 38

Referência (ABNT): MEZZOMO, L. C.; MONTEIRO, D. U. **Deontologia e legislação**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.



Acesse
aqui





O Caso Klara Castanho e a Importância do Sigilo Médico

Neste estudo de caso, abordaremos a complexa situação envolvendo uma atriz brasileira, que teve sua privacidade violada em um contexto médico e pessoal extremamente sensível. A atriz, vítima de violência sexual, optou por entregar seu filho para adoção, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, informações sobre o caso foram vazadas por uma profissional de saúde, expondo a atriz ao público sem seu consentimento. Esse caso traz à tona questões éticas e legais sobre o sigilo profissional e o direito à privacidade dos pacientes, com destaque para o impacto psicológico e social da violação de confidencialidade em situações de extrema vulnerabilidade.

O caso de Klara Castanho destaca a importância do sigilo profissional na área da saúde. Após ser vítima de violência sexual, a atriz optou por entregar o bebê para adoção, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, informações confidenciais foram vazadas por profissionais de saúde, expondo-a publicamente sem seu consentimento. Essa violação gerou debates éticos e legais sobre a responsabilidade dos profissionais em preservar a privacidade dos pacientes, especialmente em situações de vulnerabilidade.

No Brasil, o sigilo é garantido pelo Código de Ética de todos os profissionais da área da saúde, e obriga os profissionais de saúde a manterem em confidencialidade as informações obtidas no exercício de sua profissão. A Constituição Federal e o Código Penal também protegem a privacidade dos cidadãos, e a quebra desse sigilo pode resultar em sanções éticas e penais para os envolvidos. No caso de Klara, a exposição indevida não apenas violou seus direitos, mas também desrespeitou leis específicas que protegem o direito à privacidade, como o ECA, no que se refere à adoção.

A divulgação não autorizada de informações de saúde pode causar danos psicológicos significativos ao paciente, incluindo estresse, ansiedade e retraumatização. Além disso, compromete a confiança na relação entre paciente e profissional de saúde, essencial para um atendimento eficaz e humanizado. No caso em questão, Klara foi exposta a julgamentos públicos e críticas, agravando seu sofrimento em um momento já delicado.

Em resposta à denúncia pública, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) iniciaram investigações sobre a conduta da enfermeira envolvida, considerando possíveis sanções éticas e a perda do registro profissional. O hospital também anunciou uma sindicância para apurar a violação de sigilo. Esse episódio reforçou a necessidade de políticas institucionais rigorosas para proteger a privacidade dos pacientes e garantir que todos os profissionais de saúde compreendam a seriedade das implicações éticas e legais do sigilo.

Este caso expõe uma falha crítica no compromisso com a confidencialidade na área da saúde, evidenciando a importância da ética profissional em situações de alta vulnerabilidade. Os profissionais de saúde têm a responsabilidade de agir com empatia,

respeito e estrita confidencialidade, especialmente em casos de violência e adoção. A quebra de sigilo não só compromete o bem-estar psicológico do paciente, mas também prejudica a credibilidade das instituições de saúde.

Para evitar novas ocorrências, é fundamental que as instituições de saúde promovam treinamentos regulares em ética e sigilo médico, reforçando o papel de cada profissional na proteção da privacidade dos pacientes. A criação de mecanismos internos de denúncia e a aplicação de punições rigorosas para infrações éticas são estratégias que ajudam a preservar a confiança no sistema de saúde e proteger a dignidade dos pacientes.

O caso Klara Castanho é um exemplo crucial da relevância do sigilo médico e da necessidade de vigilância constante quanto às práticas éticas no setor de saúde. A exposição de detalhes íntimos de pacientes é uma grave violação que não só causa traumas adicionais, mas também afeta a imagem das instituições envolvidas. Casos assim destacam a importância de uma cultura organizacional baseada em ética, empatia e respeito incondicional pela privacidade dos pacientes.

Questionamentos para reflexão:

- Como os profissionais de saúde podem assegurar a confidencialidade das informações dos pacientes, especialmente em situações de alta sensibilidade, evitando a exposição indevida?
- Diante da situação vivenciada por Klara Castanho, quais ações poderiam ser adotadas para assegurar a proteção da privacidade e do bem-estar do paciente, respeitando os princípios éticos e legais da profissão?
- Quais medidas institucionais e legais podem ser implementadas para reforçar a proteção da privacidade dos pacientes e prevenir a violação do sigilo profissional em ambientes de saúde?

Sala de Aula

Assista às videoaulas a seguir, que têm como objetivo reforçar os conteúdos abordados nesta unidade de maneira didática para embasar os conceitos e teorias trabalhados. Esperamos que contribuam significativamente para seu aprendizado e que a busca pelo conhecimento não se encerre neste percurso de aprendizagem.



Acesse
aqui



Esse conteúdo está disponível em seu Percurso de Aprendizagem, no Ambiente Virtual. [Clique aqui](#) para fazer login e acesse o Sala de Aula na sua disciplina.



Infográfico

Este infográfico apresenta os quatro princípios fundamentais da bioética aplicados à área da saúde: não maleficência, benevolência, autonomia e justiça. Esses princípios são essenciais para orientar a conduta ética dos profissionais de saúde, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões que envolvem o cuidado e o bem-estar dos pacientes. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e das políticas de saúde pública, esses princípios ajudam a promover um atendimento que respeite a dignidade humana, garanta a segurança e o direito à autonomia dos indivíduos, além de assegurar uma distribuição justa e equitativa dos recursos. A compreensão desses conceitos é fundamental para profissionais e gestores de saúde que buscam práticas humanizadas e responsáveis, fortalecendo a confiança dos pacientes e da sociedade no sistema de saúde.

PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA NA SAÚDE



Princípio da Não Maleficência

A não maleficência é o princípio que orienta os profissionais de saúde a evitarem causar danos aos pacientes. Esse princípio busca minimizar os riscos e sofrimentos associados aos tratamentos, assegurando que qualquer intervenção realizada tenha mais benefícios do que possíveis efeitos adversos. É uma regra fundamental no cuidado de saúde e orienta a tomada de decisões que priorizem a segurança dos pacientes.



Princípio da Benevolência

A benevolência se refere ao dever dos profissionais de saúde de agir no melhor interesse dos pacientes, promovendo o bem-estar deles. Esse princípio implica em fornecer o melhor cuidado possível, indo além do tratamento da doença e considerando a qualidade de vida. A benevolência é expressa em ações que visam melhorar as condições de saúde e proporcionar um ambiente de cuidado compassivo e empático.



Princípio da Autonomia

O princípio da autonomia garante o direito dos pacientes de tomarem decisões informadas sobre o próprio cuidado de saúde. Profissionais de saúde têm o dever de fornecer informações claras sobre os tratamentos, riscos e benefícios, permitindo que os pacientes escolham o que consideram melhor para si. Respeitar a autonomia significa respeitar a individualidade, as crenças e os valores dos pacientes, promovendo sua autodeterminação.



Princípio da Justiça

A justiça é o princípio que assegura a distribuição equitativa de recursos e o acesso justo aos serviços de saúde. No contexto do SUS, a justiça se traduz na busca por equidade, priorizando aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e garantindo que todos tenham o direito ao atendimento. Esse princípio exige que os recursos sejam alocados de maneira justa, com base nas necessidades da população e visando minimizar desigualdades.



Direto ao Ponto

Nesta unidade, aprofundamos três temas centrais relacionados à deontologia e à ética profissional na saúde. No primeiro tema, discutimos o conceito de deontologia, que se baseia nos deveres e nas responsabilidades dos profissionais de saúde. Esse enfoque ético, fundamentado nas ideias de Immanuel Kant, estabelece que o profissional deve agir conforme princípios morais que respeitem a dignidade humana, priorizando o

bem-estar do paciente e agindo de maneira justa e responsável em todas as situações. A deontologia, assim, serve como uma base ética sólida para a prática profissional na saúde, onde o respeito pelo outro e o compromisso com o bem coletivo são essenciais.

O segundo tema abordado foi o Código de Ética Profissional e a importância do sigilo e da relação entre o profissional de saúde e o paciente. Esse código, criado pelos conselhos profissionais, fornece orientações que garantem um atendimento ético e seguro. O sigilo profissional é um dos pilares dessa prática, assegurando que as informações dos pacientes sejam mantidas confidenciais e que eles se sintam seguros para compartilhar detalhes essenciais para seu diagnóstico e tratamento. A relação de confiança entre profissional e paciente, fundamentada no respeito à autonomia e na transparência, é vital para a qualidade do atendimento em saúde.

Por fim, exploramos os princípios da bioética – autonomia, beneficência, não maleficência e justiça – que orientam as decisões dos profissionais de saúde em contextos complexos. Esses princípios são fundamentais para lidar com dilemas éticos no atendimento e na elaboração de políticas públicas de saúde, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. A bioética proporciona uma estrutura para que o profissional de saúde atue com empatia, justiça e respeito aos direitos individuais dos pacientes, promovendo uma prática humanizada e socialmente responsável.

Para sua autorreflexão:

- Avaliou criticamente a forma que as diretrizes éticas do SUS, CNS e OMS orientarão suas decisões profissionais em contextos desafiadores de saúde pública?
- Interpretou de que maneira o Código de Ética e o princípio do sigilo fortalecerão a relação de confiança entre seus futuros pacientes e você?
- Nos estudos os casos simulados ou durante minhas práticas na faculdade, aplicou os princípios da bioética para tomar decisões que respeitaram a autonomia e promoveram o bem-estar dos pacientes?



Referências

COFEN. **Conselho Nacional de Saúde lança petição em apoio ao SUS**. 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/conselho-nacional-de-saude-lanca-peticao-em-apoio-ao-sus/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CRISOSTOMO, A. L. *et al.* **Ética**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2008.

LOPES FILHO, A. R. I. *et al.* **Ética e cidadania**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MEZZOMO, L. C.; MONTEIRO, D. U. **Deontologia e legislação**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.